Acervo ISA

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio Braziliense **Class.:** Terra / Demarcação

Data: 27/01/94 **Pg.:** 15 296

Ricupero rebate críticas sobre demarcação

O ministro do Meio Ambiente e da Amazônia, embaixador Rubens Ricupero, afirmou ontem, num duro discurso na Frente Parlamentar da Amazônia, no Congresso, que considera uma "falácia" a denúncia de que a demarcação de terras indígenas esteja sendo patrocinada por interesses estrangeiros, com o apoio dos religiosos que atuam na área, com o objetivo de impedir a exploração das reservas minerais da região. "Não me parece um bicho de sete cabeças", afirmou Ricupero, diante da insistência dos parlamentares em cobrar uma providência a respeito do assunto. O ministro lembrou que a Constituição hoje permite a exploração de minérios na região e cobrou que o Congresso aprove logo uma lei que regulamente a lavra mineral e a exploração mineral na Amazônia, inclusive em terras indígenas. "Na inexistência da lei prosperam o clandestino e o ilegal", disse.

Ricupero disse que considera ridículo falar em campanha de internacionalização da Amazônia, e afirmou que o País deveria se preocupar mais em canalizar recursos externos para financiar grandes projetos ambientais na região. Segundo um assessor do ministro, Ricupero sabe da existência da atuação de poderosos **lobbies** neste início de revisão constitucional, dispostos a dificultar a demarcação de terras indígenas.

— Uma das propostas apresentadas estabelece que cada demarcação teria que passar pelo Congresso, tirando a autonomia da Funai. "O processo ficaria tão burocratizado que a demarcação de áreas indígenas seria obstruída eternamente", avalia.

Ao cobrar uma lei que regulamente o uso das terras indígenas, Ricupero deu uma idéia do que gostaria de ver aprovado. O ministro disse que ao autorizar o pedido de lavra em terras indígenas, a empresa que se qualificasse deveria ficar obrigada a remunerar a comunidade com um percentual dos lucros e investir em projetos sociais na área, como a construção de escolas e hospitais. "Para sobreviver, as comunidades indígenas necessitam receber um retorno das riquezas que tenham em suas terras", disse Ricupero, que defende uma mudança no Estatuto do Índio. Para o ministro, todo o processo deveria ser fiscalizado pelo Ministério Público.

Hoje, o ministro Rubens Ricupero, viaja a São Paulo, para a sessão de instalação do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São Paulo (Cades) será homenageado, em almoço do Conselho de Empresários da América Latina (Ceal), e para reunião na Associação dos Empresários da Amazônia.

A presença do ministro na sessão inaugural do Cades traduz o apoio que o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal vem dando à criação de órgãos estaduais e municipais de gestão ambiental que possibilitam uma descentralização efetiva e eficaz da administração ambiental no Brasil.

Bianca defende os guaranis

A nicaraguense Bianca Jagger, ex-mulher do vocalista dos Rolling Stones Mick Jagger, foi a grande estrela ontem na audiência pública da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias. Preocupada com a determinação judicial para a retirada da comunidade indígena Guarani-caiová, localizada em Jaguapiré, no município de Dourados (Mato Grosso do Sul), Bianca lembrou que essas terras foram demarcadas pelo Ministério da Justiça e pelo presidente Itamar Franco. "Elas são de propriedade dos índios. Em nome dos ambientalistas dos Estados Unidos quero dizer-lhes que os direitos dos indígenas não podem ser retirados", afirmou a ex-modelo, que atualmente se dedica a dirigir um filme sobre a Nicarágua.

Representando a fundação norte-americana Amanakaa, Bianca observou que a comunidade Guarani-caiová poderia ser expulsa de suas terras por determinação judicial "as trágicas consequências que poderão resultar da perda de suas terras pode gerar inclusive o suicídio coletivo de toda a comunidade", argumentou.

Bianca fez questão de ressaltar que os direitos humanos são internacionais e que, por isso, a presença de missionários estrangeiros no Brasil não significa uma interferência na soberania nacional. Ao afirmar que defende tanto os direitos dos índios como o dos meninos de rua, a ex-modelo argumentou que as comunidades indígenas são as melhores defensoras do ecossistema do mundo. "O futuro do planeta depende da sobrevivência dos indígenas", disse. Falando em espanhol todo o tempo, a ex-modelo disse que a revisão constitucional é um momento histórico para o Brasil e que é preciso estar atento aos direitos das minorias que não têm poder de pressão.

Com os cabelos presos em um rabo de cavalo e trajando um casado e calça comprida pretos, Bianca Jagger foi a sensação do Congresso ao deixar a Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias. O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) fez questão de cumprimentá-la. O mesmo aconteceu com o líder do PSDB, deputado José Serra (SP). Bianca está analisanndo a possibilidade de ir pessoalmente à comunidade.

O senador Humberto Lucena cumprimentou Bianca no Congresso

Direito do índio é repensado

Pelo menos dois pontos do capítulo da Constituição relativo aos direitos indígenas devem ser alterados, de acordo com proposta do deputado Nelson Jobim. O relator da revisão quer detalhar melhor a competência para a demarcação de áreas indígenas e compatibilizar o dispositivo que cria a "faixa de fronteira", considerada de segurança nacional, e a instalação de reservas indígenas.

O despejo de 250 índios guarani-caiovás, da aldeia Jaguaripe, no município de Tacurú (MS), marcado para o próximo sábado, foi suspenso por decisão do juiz Sebastião de Oliveira Lima, presidente em exercício do Tribunal Regional Federal da Terceira Região (que abrange São Paulo e Mato Grosso do Sul). Lima suspendeu decisão da 1A Vara Federal de Campo Grande, que havia decidido pelo despejo, ao analisar recurso encaminhado pelo Ministério Público Federal, em processo de disputa pela posse da área entre os índios e um fazendeiro da região. Os guarani-caiovás ameaçam o suicídio coletivo caso sejam obrigados a sair da área.

O processo será julgado, em segunda instância, pelo Tribunal Regional Federal - Terceira Região, mas não há previsão de data. Ele pode ser julgado até o final do primeiro semestre, conforme o juiz Oliveira Lima. O recurso em favor dos índios foi apresentado a pedido da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Com a suspensão do despejo, a situação na aldeia de Jaguaripe deve permanecer tranquila, pelo menos temporariamente. Os índios guarani-caiovás garantem que só saem mortos do local. Dois índios das aldeias Jaguaripe e Nhandevá se suicidaram este ano. Desde 1993, ocorreram sete suicídios nas duas aldeias. Os índios, afirmam possuir um direito de posse memorial sobre a área, reconhecido em 1992 pelo Ministério da Justiça. Em novembro de 1992, a área em disputa chegou a ser demarcada.